



INSTITUTO  
DE DIREITO  
ECONÓMICO  
FINANCEIRO  
E FISCAL IDEF

KAZARIAN CENTER FOR  
PUBLIC FINANCIAL MANAGEMENT

## Reforma das Finanças Públicas

O Pilar da Contabilidade e Contas Públicas



Unidade de Implementação  
da Lei de Enquadramento Orçamental

**Luís Viana**

Responsável Técnico

6 de dezembro de 2018

1. Objetivos e Contexto

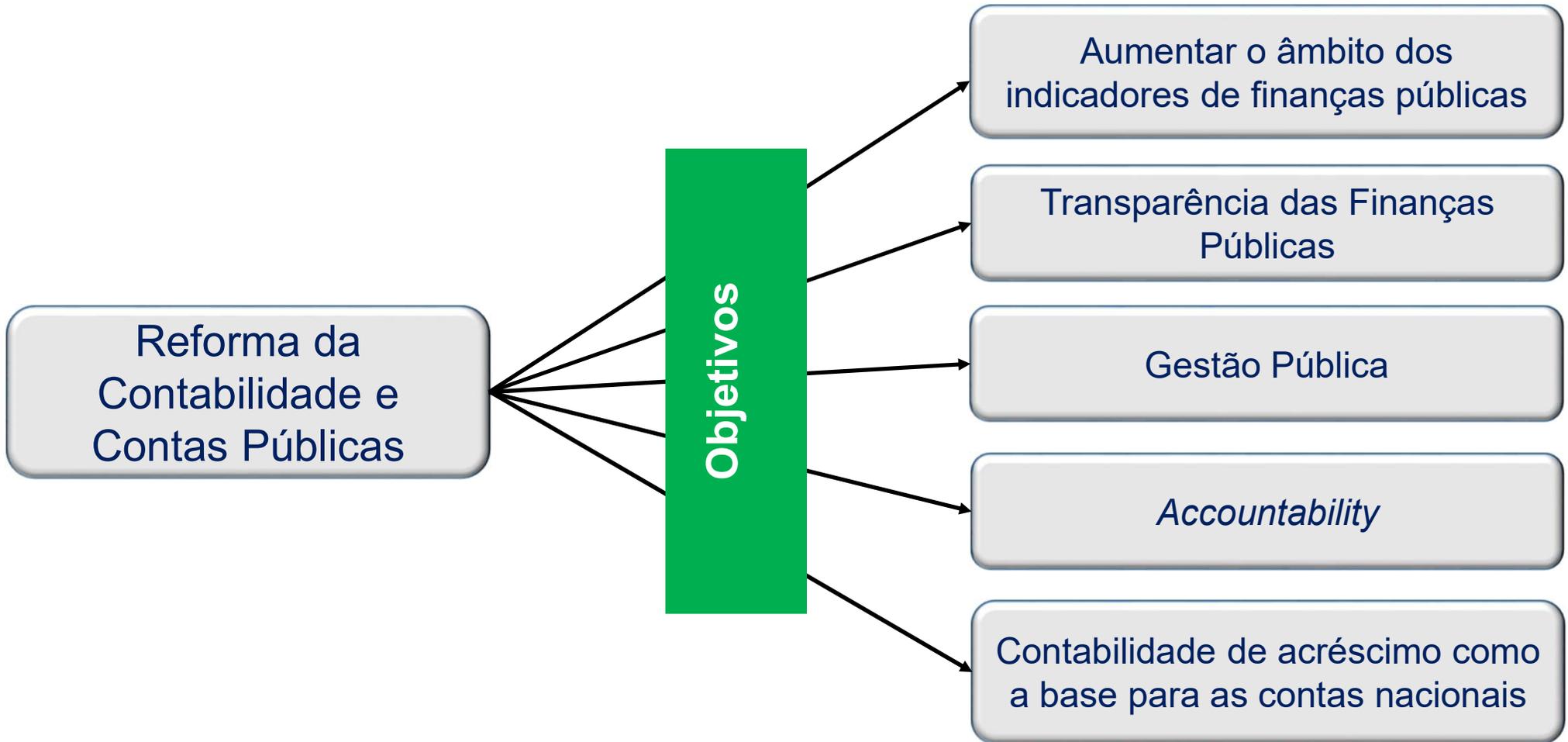
2. Elementos Fundamentais do Normativo

3. Projetos de Implementação

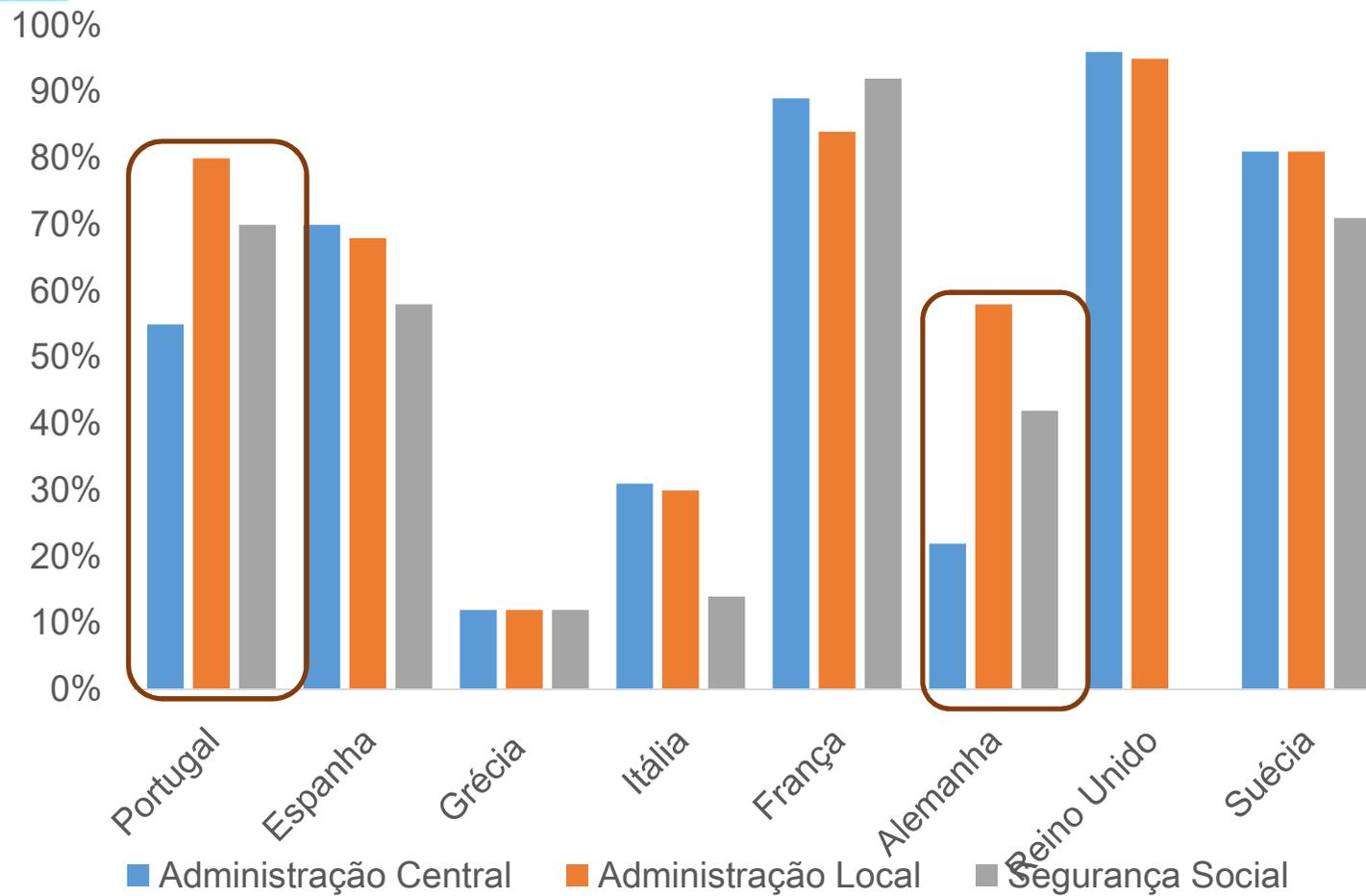
4. Lições aprendidas

5. Conclusões

1. Objetivos e Contexto
2. Elementos Fundamentais do Normativo
3. Projetos de Implementação
4. Lições aprendidas
5. Conclusões



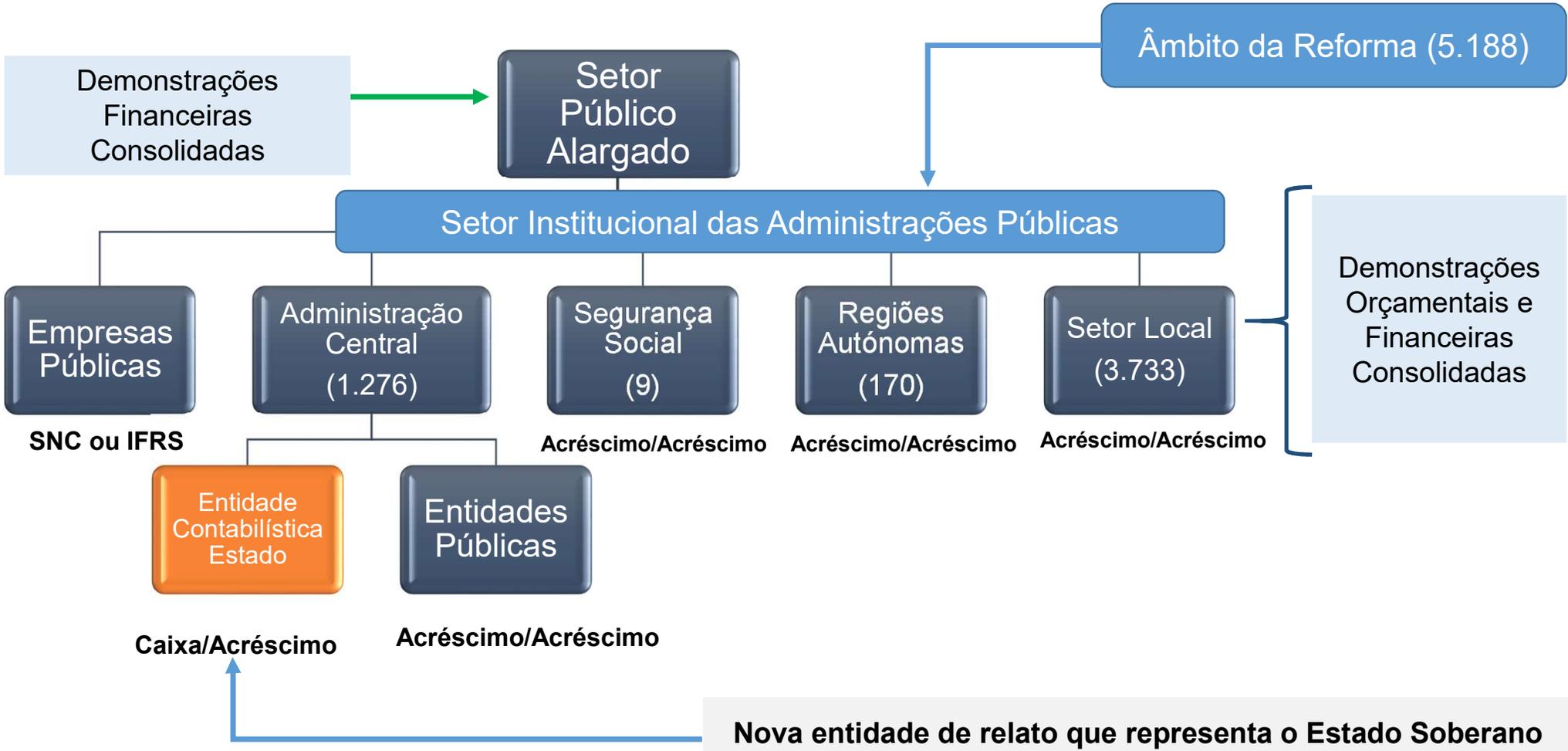
## Maturidade Contabilística



Fonte: PwC (2014)

## Estado da arte

- Relato financeiro
- Ativos fixos tangíveis
- Ativos intangíveis
- Inventários
- Rendimentos
- Gastos
- Benefícios dos empregados
- Provisões
- Consolidação
- Instrumentos financeiros



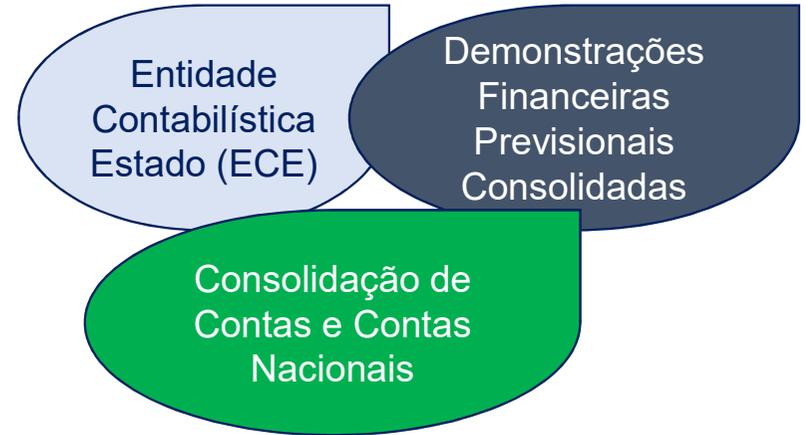
1. Objetivos e Contexto
- 2. Elementos Fundamentais do Normativo**
3. Projetos de Implementação
4. Lições aprendidas
5. Conclusões

## Decreto-Lei n.º 192/2015

Anexo I: Estrutura Concetual para a Contabilidade Financeira (Baseada nas IPSAS)

Anexo II: Normas de Contabilidade Pública  
 25 normas de Contabilidade Financeira  
 Norma de Contabilidade Orçamental  
 Norma de Contabilidade de Gestão

Anexo III: Plano de Contas



Regime simplificado (pequenas e micro-entidades)  
 Portaria n.º 218/2016, de 9 de agosto

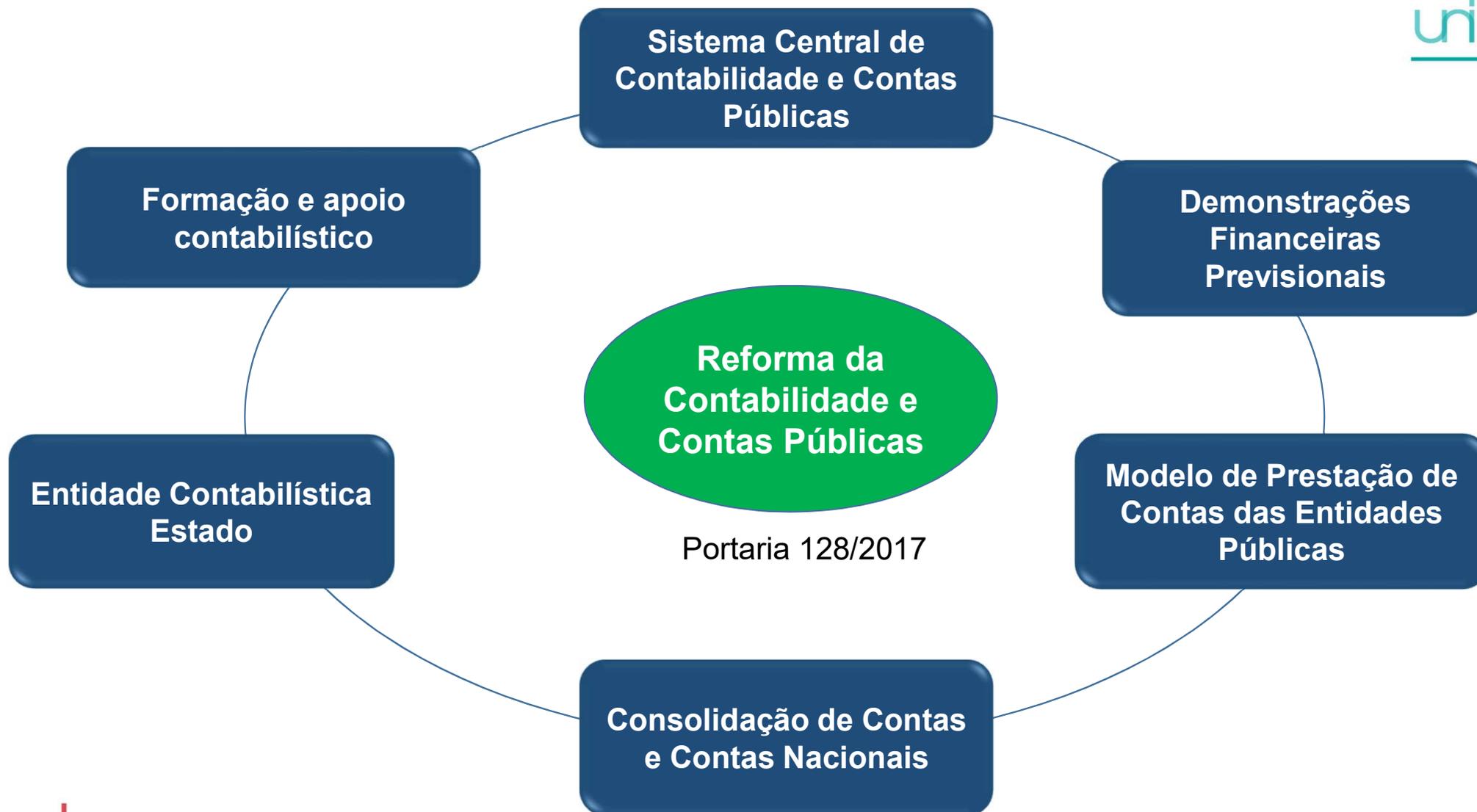
Notas de Enquadrament

Portaria n.º189/2016,de 14 de julho

Manual de Implementação (inclui transição)  
 Segunda Edição

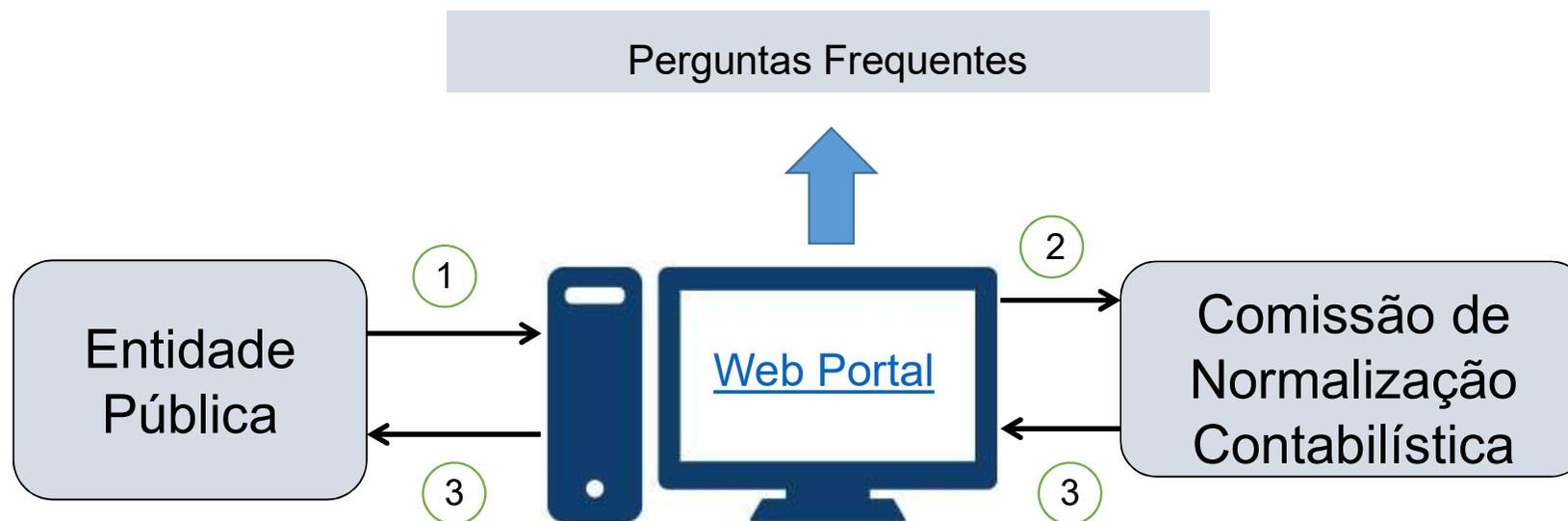
Formação em E-learning  
 39 Módulos

1. Objetivos e Contexto
2. Elementos Fundamentais do Normativo
- 3. Projetos de Implementação**
4. Lições aprendidas
5. Conclusões



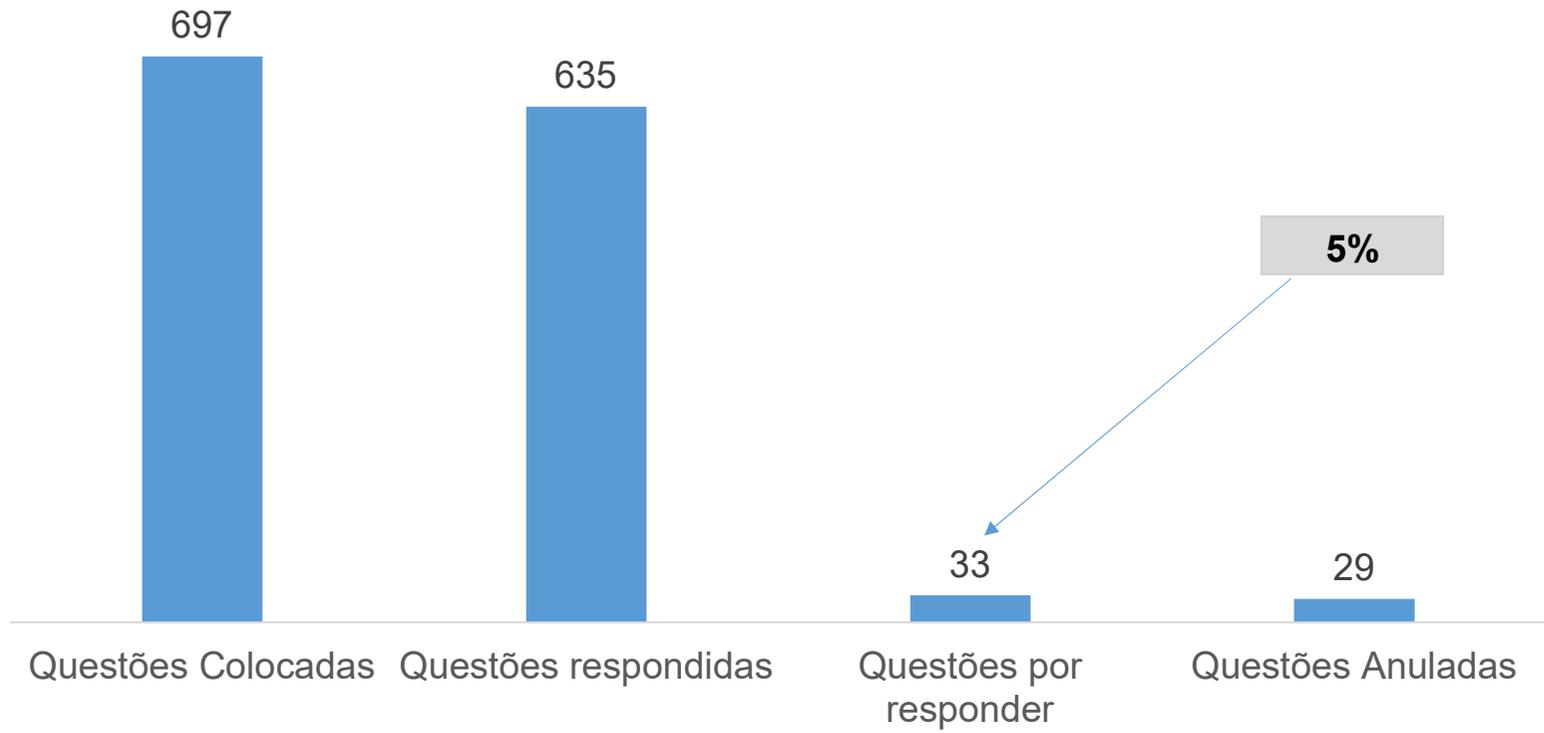
- ▶ Plano Global de Formação em estrutura modular e regime de *e-learning* (Despacho n.º 9100/2017)
- ▶ 39 módulos disponibilizados com uma duração estimada de 169 horas
- ▶ 170.764 participações completas
- ▶ Mais de 8.500 inscrições
- ▶ Mais de 737.000 horas de formação

Exemplos de módulos de formação	
5	Execução do Orçamento da Receita
14	O Sistema de Controlo Interno (IGF)
15	Inventários
16	Agricultura
17	Ativos Intangíveis
18	Acordos de Concessão de Serviços: Concedente
38	Preparação e Análise de Indicadores de Gestão
39	Relatório de Gestão



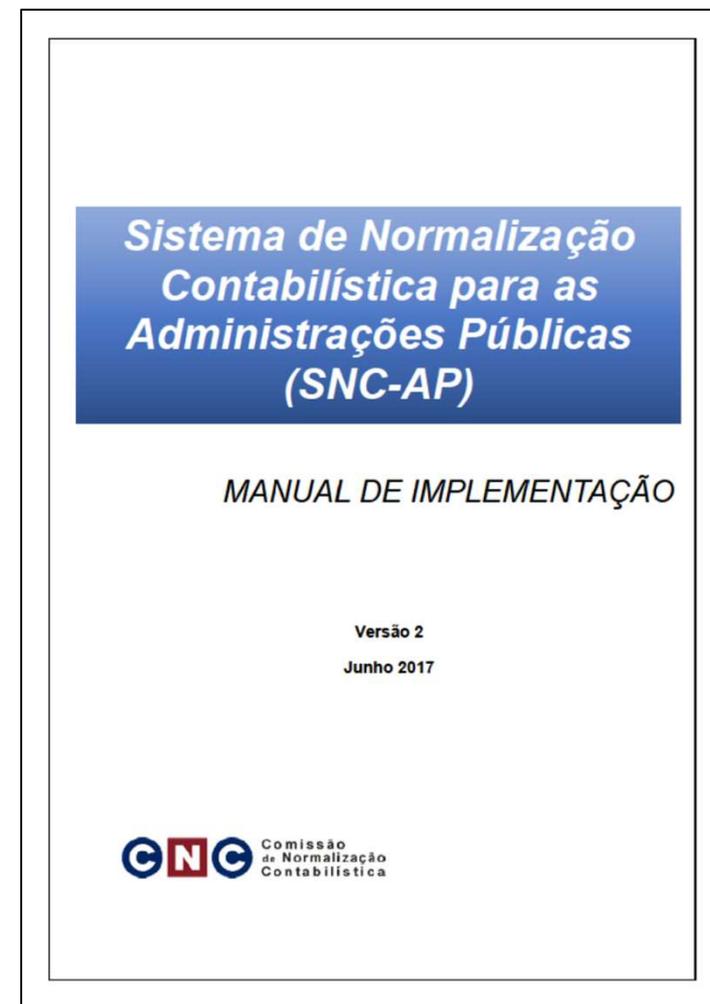
- ❖ Disseminação de conhecimento
- ❖ Identificação de aspetos a melhorar no normativo
- ❖ Identificação de necessidades de formação

### Questões Contabilísticas



## Estrutura

Capítulo 1	Glossário
Capítulo 2	Ajustamentos de transição
Capítulo 3	Regime simplificado
Capítulo 4	Normas de Contabilidade Pública
Capítulo 5	Quadros e Orientações para as Notas



-  A **consistência entre a documentação orçamental e a documentação de prestação de contas** aumenta a transparência, permite um maior controlo, facilita a análise da política orçamental, bem como a tomada de decisão
-  Tal consistência é particularmente importante quando os países adotam a base do acréscimo no relato financeiro e estatístico (*ex post*), mas o planeamento financeiro e as dotações orçamentais assentam na base de caixa (*ex ante*), **tal como é o caso português**
-  A preparação de **demonstrações financeiras previsionais, as quais farão parte da documentação previsional, pode facilitar a consistência**, consistindo num instrumento de controlo, *accountability* e de maior transparência da política orçamental



Deste modo, estas demonstrações financeiras previsionais **poderão ser comparadas** com as demonstrações financeiras históricas



Ao se preparar demonstrações financeiras previsionais é incorporado na documentação orçamental o **impacto económico-financeiro das decisões políticas e não somente os efeitos de tesouraria**, aumentando-se a capacidade de análise, *accountability* e a transparência

Eixo de implementação	Outputs	Estado
<p>Eixo 1 – Modelo Concetual e requisitos</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Modelo Concetual</li> <li>2. Manual de Contabilidade e Relato</li> <li>3. Requisitos para o Sistema de Informação (SI)</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Concluído</li> <li>2. Concluído</li> <li>3. Concluído</li> </ol>
<p>Eixo 2 – Formação e Implementação do Sistema de Informação</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>4. Implementação do SI</li> <li>5. Estratégia para a conclusão do balanço (com base na IPSAS 33)</li> <li>6. Regulamento de Governação</li> <li>7. Formação</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>4. Desenvolvimento</li> <li>5. Concluído</li> <li>6. Concluído</li> <li>7. Concluído</li> </ol>
<p>Eixo 3 – Implementação das transações</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>8. Balanço de abertura transitório (conceito da IPSAS 33)</li> <li>9. Registos dos saldos de abertura e das transações incluídas no âmbito contabilístico da ECE (DFs transitórias - 3 anos)</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>8. Concluído por referência a 31 de janeiro de 2018</li> <li>9. Em implementação – até dezembro de 2020</li> </ol>

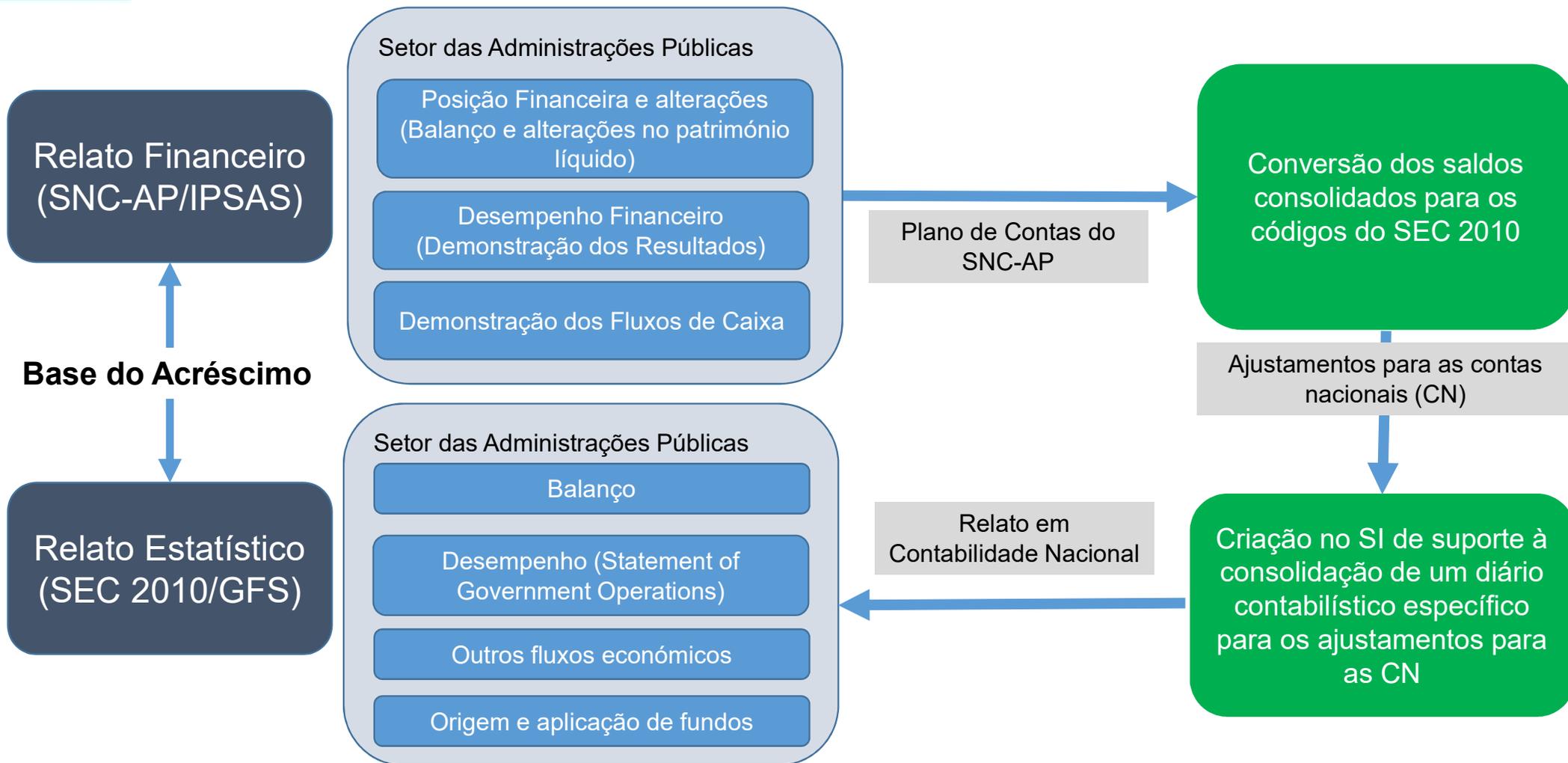
 Desenvolvimento de um ponto único para a prestação anual de contas



Fase	Descrição	Estado
I	Definição do modelo concetual, tendo em conta o SNC-AP e as melhores práticas internacionais de relato público integrado	Concluída
II	Definição dos requisitos técnicos e funcionais para os sistemas locais e centrais	Concluída
III	Desenvolvimento dos sistemas centrais de informação numa lógica de integração e interoperabilidade (Tribunal de Contas e S3CP - UniLEO)	Em curso

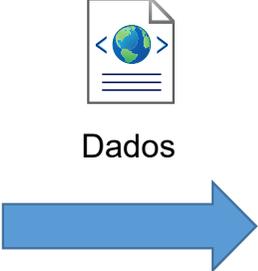
## Para quê?

- Proporcionam uma visão clara sobre os ativos e passivos, incluindo os passivos contingentes e outras fontes de riscos orçamentais, das administrações públicas
- Obtenção de um conjunto adicional de indicadores, para além do défice e da dívida, fundamentais para a monitorização do desempenho e compreensão da sustentabilidade das finanças públicas
- **Accountability** dos decisores pelas consequências económico-financeiras, e não somente pelos efeitos de tesouraria, das decisões tomadas (avaliação do impacto no património líquido/*net worth*)
- Obtenção das contas nacionais a partir de ajustamentos às demonstrações financeiras consolidadas (ótica do acréscimo) em vez de ajustamentos a um saldo apurado na ótica de caixa



Entidade Contabilística Estado

- Outras entidades de relato
- Administração Central
  - Administração Local
  - Segurança Social
  - Regiões autónomas
  - Empresas públicas

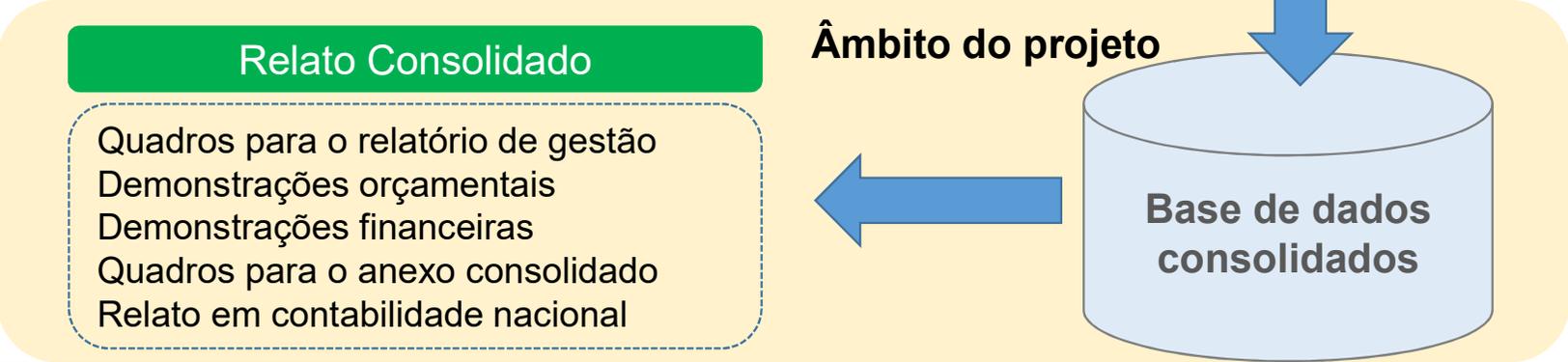


Sistema de submissão, validação e integração

Mais de 200 regras

Base de dados operacional do Sistema Central de Contabilidade e Contas Publicas

Extract, Transform and Load



NCP 22/§ 23

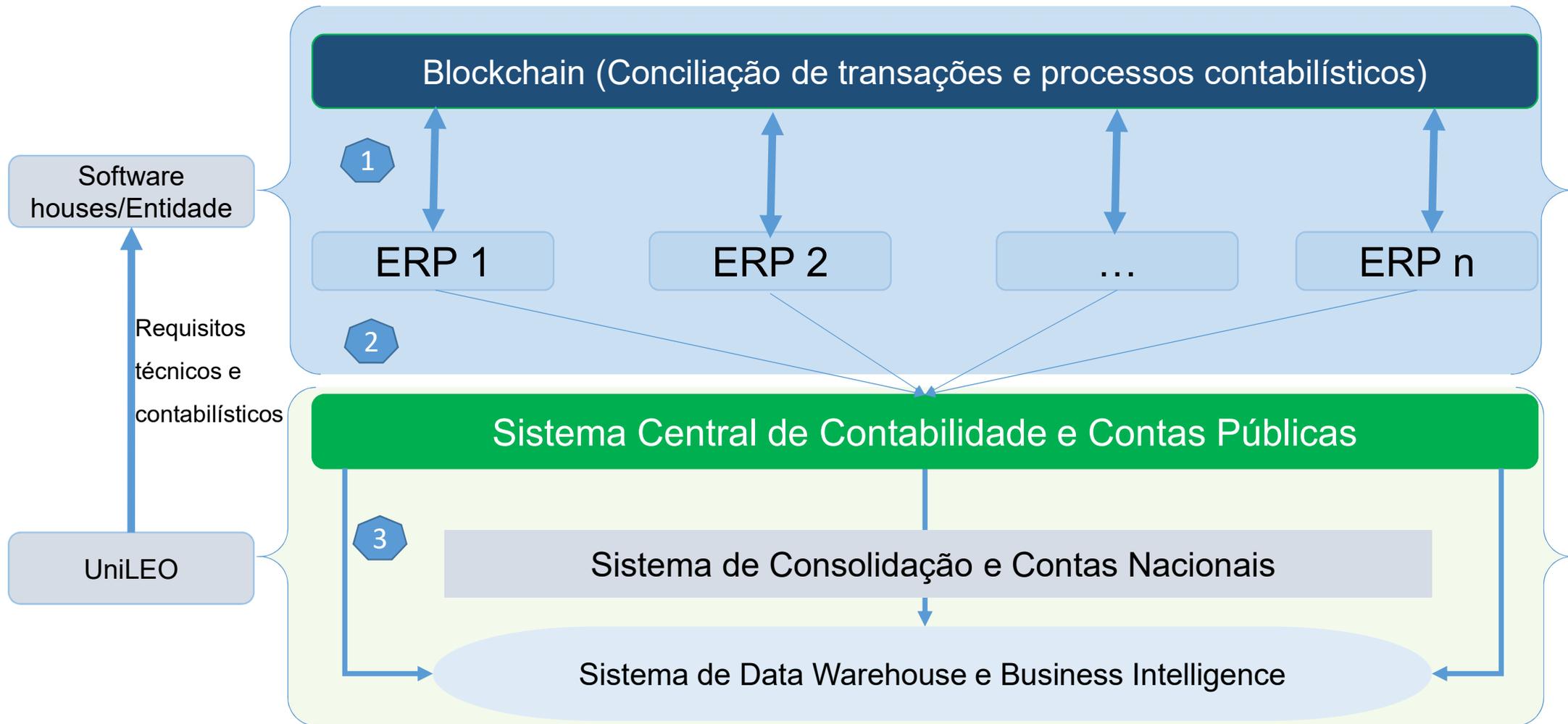
As demonstrações financeiras consolidadas eliminam na totalidade os ativos, passivos, património líquido, rendimentos, gastos e fluxos de caixa relativos a transações entre entidades integradas no Grupo Público



Devem existir mecanismos que assegurem a reconciliação de transações e saldos entre entidades que integram o perímetro das Administrações Públicas antes do necessário registo contabilístico

Será a tecnologia Blockchain (distributed ledger) a solução?





1. Objetivos e Contexto
2. Elementos Fundamentais do Normativo
3. Projetos de Implementação
- 4. Lições aprendidas**
5. Conclusões

- A Reforma da Contabilidade Pública deve estar inserida num contexto de reforma da Gestão das Finanças Públicas
- A reforma deve ser desenhada para dar resposta aos problemas identificados e às necessidades de informação
- Considerar as “melhores práticas”... mas a adaptação ao contexto é crucial
- Gestão eficaz do Sistema de informação e do outsourcing  AN ISACA® FRAMEWORK
- Pensar “fora da caixa” (a inovação é fundamental)
- A relevância da Comissão de Normalização Contabilística (papel ativo e independente)
- Importância de uma unidade dedicada para o avanço da implementação

1. Objetivos e Contexto
2. Elementos Fundamentais do Normativo
3. Projetos de Implementação
4. Lições aprendidas
- 5. Conclusões**

-  A Nova LEO e o SNC-AP representam uma mudança no modelo de gestão das Finanças Públicas
-  As entidades públicas, aos mais diferentes níveis, terão de efetuar uma revisão profunda dos processos atuais (reengenharia de processos)
-  Novas competências terão de ser adquiridas para todas as fases do ciclo de gestão financeira pública
-  O envolvimento de todas as entidades públicas constitui um fator crítico de sucesso
-  A contabilidade de acréscimo como fonte para a preparação de novos indicadores de gestão das Finanças Públicas e as contas consolidadas como base primária para a elaboração das contas nacionais

-  A implementação das regras de supervisão comunitária necessita de harmonização contabilística na base do acréscimo (EPSAS/IPSAS)
-  Os impactos institucionais desta reforma não podem ser descurados (Allen et al., 2015)
-  Fomentar a discussão pública desta reforma e envolver todos os *stakeholders*
-  A Contabilidade é um instrumento essencial para a gestão, concretização da transparência na utilização dos recursos públicos e **accountability** daqueles que tomam decisões como agentes ou representantes dos cidadãos



Unidade de Implementação  
da Lei de Enquadramento Orçamental

Visitem a nossa página [www.unileo.gov.pt](http://www.unileo.gov.pt)

Ou contactem-nos por email:

Coordenador da UniLEO: [andre.marcalo@unileo.gov.pt](mailto:andre.marcalo@unileo.gov.pt)

Responsável Técnico: [luis.viana@unileo.gov.pt](mailto:luis.viana@unileo.gov.pt)